

## FRAGATA “GAGO COUTINHO”

### Esclarecimentos necessários

Foram recentemente expendidos por parte dos filhos do Comandante Seixas Louçã, António e Francisco, pressupostos e interpretações referentes às decisões e opções do comandante, do imediato e dos oficiais da fragata “Gago Coutinho”, bem como aos factos ocorridos no dia 25 de Abril de 1974.

Desnecessário será dizer que concordamos plenamente com toda a investigação e difusão de materiais relativos aos acontecimentos que ocorreram naquele dia histórico e, muito concretamente, que incidam sobre o planeamento e o desenrolar das operações.

Nesse sentido, os documentos acima referidos poderiam ter constituído mais um contributo para o conhecimento daquela realidade.

Contudo, a falta de objectividade e a forma descontextualizada e emotiva de que eles se revestiram não prestaram, em nossa opinião, o bom serviço que seguramente os autores visavam.

Dizemos que as peças em análise pecam por falta de objectividade porque se limitam, no essencial, a apresentar a defesa de uma das personagens dos acontecimentos; consideramo-las descontextualizadas porque remetem em grande parte para situações que nada têm a ver com as poucas horas em que os acontecimentos relativos ao N.R.P. “Gago Coutinho” se desenrolaram e estão na base das intervenções dos filhos do respectivo Comandante; reputamo-las de emotivas porque visam visivelmente a defesa de um familiar e não a análise objectiva dos factos.

Se a defesa de um familiar é perfeitamente aceitável, ela tem, consabidamente, um efeito perverso quando está em causa a procura da verdade histórica.

Gostaríamos de deixar perfeitamente claro que, em todo este processo, jamais foi feita ou se pretendeu fazer qualquer apreciação pública da personalidade do Comandante Seixas Louçã.

O que sempre se buscou esclarecer, analisar e testemunhar foram os factos ocorridos a bordo do navio do comando daquele oficial no dia 25 de Abril de 1974.

Tal atitude decorre do princípio bem enraizado na Marinha de que a apreciação das atitudes, comportamentos e personalidade de cada um dos seus membros é uma questão do foro interno, e como tal tratada apenas no seio dos membros da Instituição. É

apenas a existência de algumas omissões e inverdades nos escritos e declarações dos irmãos Louçã que nos leva a abrir uma excepção a esse salutar princípio.

Explicitemos desde já que:

a) Recusamos ataques de carácter ou avaliações subjectivas de personalidade e de intenções. Essa via não honraria nenhuma das partes nem dignificaria seja a Marinha, sejam os intervenientes.

b) Rejeitamos a via das insinuações, conquanto entendamos que o comandante, o imediato e os oficiais tiveram de enfrentar uma situação imprevista e extremamente delicada.

c) Procuraremos respeitar a personalidade e o passado dos intervenientes, sem contudo deixarmos de apontar os respectivos compromissos e responsabilidades.

d) Não questionamos a honra e a dignidade seja de quem for.

Deste modo, querem os signatários, todos participantes nos acontecimentos do dia 25 de Abril de 1974, dar o seu testemunho para a História do nosso País, narrando desapaixonadamente os factos em que intervieram .

Assim sendo, fazemos o enquadramento histórico daquele dia, para a seguir analisarmos os acontecimentos que tiveram lugar na fragata.

## 1 – Movimento dos jovens oficiais de Marinha

O nosso movimento iniciou-se de forma organizada e estruturada em 1970. Tinha objectivos políticos, na medida em que visava contribuir para o derrube do regime e a instauração de um regime democrático. Expressava-se por três vias e assumia diversas formas:

a) Legal, em especial através do Clube Militar Naval (CMN), com acções muito anteriores a 1970. Desde 1968 que se manifestava uma intensa actividade no Clube, da qual beneficiámos;

b) Semilegal, que se concretizou no movimento dos cursos de oficiais subalternos da Escola Naval (EN), o qual veio a ser proibido pelo despacho nº 115, de 1972, do ministro da Marinha e, também, através de outras iniciativas, tais como abaixo-assinados de solidariedade para com camaradas objecto de acusações políticas ou mesmo contra a PIDE/DGS;

- c) Estrutura clandestina de jovens oficiais, que se articulou com sargentos e praças, preparou textos políticos e contribuiu para a elaboração do Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Levámos a cabo muitas acções. Estabelecemos contactos com dezenas de oficiais superiores. Com alguns criámos mesmo ligações permanentes a título pessoal. Foram, entre outros, os casos do Comandante Pinheiro de Azevedo com quem mantivemos contacto regular desde 1972, dos Comandantes Dias Martins, Ramos Rocha, Silvano Ribeiro, Machado e Moura, Freire Montez, Martins e Silva, Rosa Coutinho, Correia Jesuino, Silva Figueiredo, Mário de Aguiar e Vieira Nunes; dos Comodoros Eduardo Scarlatti e Ivens Ferraz de Carvalho; dos Engenheiros Navais Ferreira Onofre, Martins Nabais, Lemos Pinheiro, Silva Nunes e Costa Delgado; e dos Médicos Navais Silva Maçanita e Vieira dos Santos.

Outros oficiais superiores nos contactaram e alguns colaboraram em acções nossas, nomeadamente no CMN e nos abaixo-assinados ou em apoios de solidariedade e conselho. Poderíamos indicar mais algumas dezenas; citaremos em especial o Comandante Ramos Rocha, conhecido como opositor ao regime, que era amigo e pertencia ao curso do Comandante Seixas Louçã. Registe-se, inclusivamente, que numa dada ocasião de contacto do nosso elemento Tenente Simões Teles com o Comandante Ramos Rocha estava com este o Comandante Seixas Louçã, que participou também na conversa.

Tivemos várias entrevistas com o ministro da Marinha.

Alguns dos nossos textos eram divulgados pelas unidades navais e no CMN. Os textos dos abaixo-assinados tinham um claro fundo e significado políticos. O texto contra a PIDE/DGS constitui um eloquente exemplo.

O despacho nº 115 do ministro da Marinha, que proibia o movimento dos cursos da EN, foi publicado em Ordem da Armada e não é crível que tenha sido ignorado por nenhum oficial com interesse e sensibilidade política.

Quando surgiu o movimento dos capitães, as nossas estruturas semilegal e clandestina reestruturaram-se para incluir mais camaradas, sendo alguns deles oficiais superiores, que se reuniram e organizaram connosco, obedecendo a regras de respeito pelas decisões tomadas por processos democráticos.

Reformulámos então a nossa estrutura e a composição dos órgãos de decisão.

Quando em Março de 1974 um camarada colocou a questão de “integração” de outros oficiais superiores (sem indicação de nomes) decidimos, democraticamente, que

naquela fase, dada a proximidade de uma possível acção militar, tal não seria conveniente, sem prejuízo de cada um de nós manter as ligações já existentes.

É fácil compreender a razão pela qual optámos por não integrar naquele momento mais oficiais superiores na estrutura “fechada”:

- Naturalmente, por razões de segurança, tínhamos conhecimento de situações do passado que não aconselhavam tal integração;

- Acresce que não seria correcto atribuir-lhes funções, tarefas ou responsabilidades menores. Por outro lado, confiar-lhes responsabilidades de topo e submetê-los ao nosso processo de decisão não era adequado nem seguro, nem se coadunava com a consideração e prestígio devidos à sua posição hierárquica;

- O tempo corria veloz, não havendo tempo para ajustamentos e aprendizagens mútuas;

A nossa via natural de aproximação e integração era o CMN, que, à época, tinha como Presidente o Comandante Pinheiro de Azevedo. Quem quisesse aproximar-se e colaborar tinha ali essa possibilidade. Foi o que sucedeu em diferentes momentos com vários camaradas.

Fizemos circular os documentos do Movimento dos Capitães. O seu sentido político, sobretudo depois da reunião de Cascais em 5 de Março, era claro.

A 13 de Março de 1974 fizemos uma reunião de 130 oficiais no CMN, aprovando uma moção de solidariedade aos capitães e declarando a nossa posição de “neutralidade activa” para um futuro movimento militar, que foi posta à prova, três dias depois, a 16 de Março, no Grupo nº 1 de Escolas da Armada (G1EA), em Vila Franca de Xira.

O Comandante desta unidade recebeu ordem para interceptar a coluna das Caldas, constituindo-se uma força para o efeito, que foi por nós controlada. Esta força deslocou-se para as proximidades da auto-estrada, mas não opôs qualquer resistência à passagem da coluna das Caldas.

**2 - Missão Militar do Movimento da Marinha no 25 de Abril (de notar que existiu também uma missão política)**

O que nos foi pedido para o 25 de Abril pelo Comando Operacional foi que garantíssemos a neutralização de quaisquer acções ou forças da Marinha que o regime enviasse contra o Movimento. Foi esse o nosso compromisso.

Quando verificámos, dois dias antes, que a PIDE/DGS não constava como objectivo militar, apresentámos as nossas objecções e protestos. Ficou aberto à nossa iniciativa tal objectivo, e para isso contactámos a única unidade que estava preparada para acção militar em terra, um destacamento de Fuzileiros prestes a embarcar para Moçambique.

Só neste caso equacionámos a utilização, por nossa iniciativa, de uma unidade militar da Marinha no dia 25 de Abril. Relativamente a todas as outras, especialmente navios, tratava-se de os neutralizar caso fosse emanada alguma ordem superior para serem utilizados contra o Movimento Militar.

Essa instrução foi passada, dias antes, aos oficiais do nosso Movimento nas diversas unidades: se fossem constituídas forças em terra ou forças de desembarque, deveríamos assumir o seu comando ou controlo, como se fizera em Vila Franca de Xira no dia 16 de Março, mas se houvesse tentativa de fazer sair navios, estes deveriam ser neutralizados conforme as circunstâncias.

Não equacionámos a possibilidade de fazer intervir uma unidade naval em acções ofensivas dirigidas contra o regime e, por isso não houve qualquer orientação no sentido de aliciar ou “ganhar” comandantes de navios para tal efeito.

A ordem de operações militares do 25 de Abril não foi divulgada aos camaradas dos navios ou dos Grupos de Escolas, mas apenas entregue ao Comandante da Força de Fuzileiros, única unidade que se previa poder vir a intervir por nossa iniciativa.

Os oficiais da Fragata “Gago Coutinho” não conheciam a ordem de operações. Conheciam, apenas, o compromisso que o Movimento da Marinha havia assumido com os camaradas do Exército e tinham instruções para actuar se necessário.

O oficial imediato da “Gago Coutinho” estava plenamente consciente disso. Tinha de agir após as ordens emitidas pelo Estado-Maior da Armada (EMA) e pelo Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (Vice-CEMA), mandando o navio destacar da Força NATO e integrar a manobra conjunta com os carros de combate da Ajuda a fim de combater os “rebeldes”, disparando sobre o Terreiro do Paço.

O Governo, através de forças de Cavalaria 7, Lanceiros 2, da Marinha e da GNR, ordenou uma contra-ofensiva visando as forças revoltosas do Movimento Militar que se encontravam no Terreiro do Paço.

A hierarquia da Marinha esforçou-se por marcar posição ao lado do Governo; tentou mobilizar forças na Base Naval de Lisboa (BNL), sem sucesso, e contactou a

Força de Fuzileiros do Continente, sem resultado. “Agarrou-se”, assim, à Fragata “Gago Coutinho” como peça essencial para manifestar apoio à posição do Governo.

Não estava previsto que as Fragatas “Gago Coutinho” ou “Sacadura Cabral” viessem a ser envolvidas na acção do 25 de Abril, embora nos preocupasse a presença da Força NATO no Tejo.

Nem os seus comandantes nem os de outras unidades navais tinham de ser informados da acção militar se antes não tivessem manifestado alguma disponibilidade para isso.

Se necessário, seriam informados no decorrer da acção.

O Comandante da fragata “Sacadura Cabral”, informado pelo oficial de serviço do compromisso de “neutralidade activa” da Marinha, aceitou a informação; resolveu-se o problema comunicando ao comando superior que o navio não podia sair por limitações operacionais.

O Comandante da “Gago Coutinho” rejeitou a informação que o oficial imediato lhe pretendia transmitir.

Igualmente, quanto à ideia manifestada de constituição de uma força de desembarque na BNL a partir dos navios, o Comando Naval do Continente — Chefe do Estado-Maior — foi informado pelo oficial de serviço mais antigo que tal não era possível. A informação foi aceite e não houve mais ordens nesse sentido. Este Comando Naval conseguiu sacudir a pressão do Estado-Maior da Armada (EMA), o mesmo sucedendo com o Comandante da Força de Fuzileiros, que tinha ordenado a saída dum destacamento para ocupação da rua António Maria Cardoso e da sede da PIDE/DGS.

Imaginar que a actuação na Marinha deveria ter sido idêntica à do Exército é não ter presentes duas diferenças essenciais, já que

a) As missões eram bem diferentes:

No Exército as unidades tinham de sair. Os comandantes ou concordavam ou eram presos; na Marinha as unidades seriam neutralizadas se recebessem ordens para actuar contra o Movimento. Não seria necessário prender ou destituir os comandantes, bastando impedir qualquer acção ofensiva, caso fosse dada ordem nesse sentido;

b) As culturas dos Ramos são bem distintas, sendo-o igualmente as suas formas de actuação:

Um navio não é como uma companhia em terra ou mesmo um esquadrão de cavalaria. Pode atingir-se o objectivo de não intervenção sem entrar em choque frontal com o comandante. A atestá-lo está o facto de isso ter sido conseguido, sem dificuldade,

no G1EA, em Vila Franca de Xira, em 16 de Março de 1974, bem como na BNL e na Fragata “Sacadura Cabral”, em 25 de Abril de 1974.

### 3 - Posição política anti-salazarista do Comandante Seixas Louçã

Tal posição não era conhecida dos jovens oficiais da Armada do Quadro Permanente.

Tivemos, desde 1970, a preocupação de ir referenciando os oficiais superiores que manifestavam posições contrárias ao regime com alguma consistência e não apenas em discordâncias de ordem circunstancial.

Sobre o Comandante Seixas Louçã não nos chegou qualquer indicação nesse sentido. Tínhamos conhecimento, isso sim, de que na Guiné fora capaz de fazer frente ao General Spínola. Tal atitude foi por nós apreciada num sentido muito positivo, mas também sabíamos que era um homem de trato bastante difícil em serviço.

Foi-nos dito, já depois de 1974, que o Comandante Seixas Louçã, antes do 25 de Abril, manifestou mais de uma vez aos oficiais da Reserva Naval a sua aversão à PIDE e ao regime, tendo aceitado discutir ideias políticas com alguns deles.

Pena foi que não assumisse idêntica atitude com os jovens oficiais do Quadro Permanente, nem os tenha procurado no CMN, nem sequer haja criado no navio um ambiente favorável a esse tipo de conversa. Pelo contrário, as referências que fez ao Movimento dos Capitães ou à reunião no CMN, ocorrida a 13 de Março de 1974, foram de carácter bastante depreciativo.

### 4 – Falta de informação do Comandante Seixas Louçã

Vejamos agora as alegações concretas de o Comandante Louçã não ter elementos para avaliar a situação política e o sentido da acção dos revoltosos no 25 de Abril de 1974.

Tratando-se de alguém com formação e cultura políticas por certo mais consolidadas que as de muitos jovens oficiais, como opositor ao regime conhecia outros opositores, nomeadamente o Comandante Ramos Rocha e outros camaradas do seu tempo de Escola Naval que tinham contacto connosco. Compreende-se facilmente que não tenha sabido ou querido fazer a leitura política do Movimento dos Capitães e do Movimento na Marinha, que decorria havia 4 anos e cuja existência não podia ignorar. Porque não se informou com algum detalhe junto de camaradas do seu tempo de Escola Naval que conheciam as suas inclinações políticas? A sua conversa

com o Comandante Ramos Rocha e o nosso enviado, Tenente Simões Teles revela que teve algum conhecimento do que se passava. É verdade que esteve dois anos em comissão na Guiné e que estava embarcado havia 18 meses, mas teria certamente tido várias oportunidades para se informar melhor, se considerasse isso importante.

Se deu ouvidos e tomou nota dos rumores sobre os movimentos do General Kaúlza de Arriaga, que o Movimento dos Capitães denunciou e, praticamente, matou à nascença, não poderia deixar de anotar a denúncia feita e os documentos elaborados, nomeadamente o dirigido às Forças Armadas e à Nação no início de Março de 1974. Em contrapartida, o seu camarada e amigo, Comandante Rosa Coutinho, que entre Fevereiro e Março esteve com o navio que comandava nos mares da Escócia, apercebeu-se facilmente do que se passava quando regressou.

Alegam os filhos do Comandante Louçã que ele admitiu que o Movimento dos Capitães e a capacidade de actuação de Generais Spínola e Costa Gomes tinham morrido com o levantamento das Caldas.

Se assim foi, equivocou-se na sua análise. Pelo contrário, o levantamento das Caldas acelerou o processo do derrube militar do regime e foi só depois disso que contactámos o Comodoro Ivens Ferraz de Carvalho para vir a ser nosso representante numa possível Junta Militar.

É provável que o Comandante Seixas Louçã tenha subvalorizado a capacidade política e militar dos capitães e dos jovens oficiais de Marinha. Ou não corresponderiam às suas formas e/ou experiências de acção passada, ou não lhes atribuiria a devida importância.

Não temos qualquer responsabilidade nessa sua avaliação. Compreendemos que albergasse dúvidas sobre os desígnios do General Spínola, pois nós também as tínhamos. Teria sido fácil o nosso entendimento, quanto mais não fosse através de uma ligação pessoal de alguém em quem confiasse, mas esse passo deveria ter ocorrido por iniciativa do Comandante Seixas Louçã.

De facto, não conhecíamos o seu posicionamento político como o conheciam alguns dos oficiais da Reserva Naval; se antes ou durante o 25 de Abril o Comandante Seixas Louçã sentiu falta de informação, isso resultou da sua forma de actuação e foi da sua responsabilidade.

Mas, concretamente, porque não foi o Comandante Louçã informado mais cedo da revolução que se desenrolava?



- 1) Diz o, então, Tenente Teles Palhinha: “...a maneira de ser do Comandante, alternando momentos, disposições diferentes, não imprimia uma certa regularidade nas relações”.<sup>1</sup>
- 2) E, acrescenta o Tenente Teixeira: “o feitio do Comandante não facilitava as relações humanas, nem a abertura suficiente para troca de pontos de vista”.<sup>2</sup>
- 3) Finalmente, os Tenentes Ferreira Duarte, Alves Gaspar, Teixeira de Melo e Hélder Loureiro, fazem “declarações praticamente convergentes quando dizem que as relações com o Comandante não eram fáceis, dado o seu feitio e do qual resultaria uma abertura insuficiente para permitir que os oficiais expusessem os seus pontos de vista, particularmente quando diferentes dos do Comandante”.<sup>3</sup>
- 4) Destes, o Tenente Gaspar, que, como chefe do Serviço de Navegação, teria bastante contacto com o Comandante, por inerência das suas funções, acrescentou mesmo que “o Comandante era uma pessoa doente, doença essa que o levava a ser absolutamente intratável em certas ocasiões”.<sup>4</sup>
- 5) Acresce que, ao saber da reunião de oficiais realizada em 13 de Março de 1974 no CMN, na qual aqueles, por esmagadora maioria, se solidarizaram com os seus camaradas do Exército contra as punições que lhes foram impostas, o Comandante Louçã, na câmara de oficiais da fragata, interrogou os presentes sobre se algum deles tinha sido um dos “Capitãezitos” que estiveram presentes nessa reunião.

## 5 – Ambiente e disciplina a bordo da Fragata “Gago Coutinho”

Analisemos, com alguma profundidade, o ambiente a bordo do navio e a importância das relações humanas para a coesão da guarnição. As idades dos oficiais oriundos da Escola Naval variavam entre os 28 e 22 anos; o oficial imediato tinha 27. O Comandante tinha 51, mais 24 que o imediato, diferença muito significativa que, naturalmente, dificultou que o oficial imediato fosse o elo de ligação entre o

---

<sup>1</sup> - A fls. 111 e verso do auto de averiguações elaborado pelo Contra-Almirante Santos Silva.

<sup>2</sup> - Idem.

<sup>3</sup> - A fls. 249 verso e 250 do relatório do auto de averiguações elaborado pelo Contra-Almirante Santos Silva.

<sup>4</sup> - A fls. 250 do relatório do auto de averiguações elaborado pelo Contra-Almirante Santos Silva.

Comandante e os oficiais da guarnição. De facto, o oficial imediato, como previsto na lotação estabelecida para o navio, deveria ser um Capitão-Tenente e, como tal, não seria do tempo da “escola” dos oficiais mais antigos.

Vejamos, também, o momento em que cada um dos oficiais embarcou; verifica-se que quando o Comandante Seixas Louçã assumiu o comando da Fragata, em Novembro de 1972, faziam já parte da guarnição os Tenentes Silva Neves, desde Agosto 1972; Varela Castelo, desde Setembro de 1972; e, nos mesmos mês e ano, Caldeira Santos, o qual era à data o chefe de Serviço de Artilharia.

É bom que se diga que o Comandante Seixas Louçã já tinha mudado de imediato por duas vezes. O seu primeiro imediato, um Capitão-Tenente, excelente oficial, saiu do navio por decisão pessoal e passou à reserva; o segundo imediato, também Capitão-Tenente, esteve em funções apenas cerca de três meses e a sua substituição foi solicitada pelo Comandante Seixas Louçã à Direcção do Serviço de Pessoal (DSP). Por escala, a DSP convidou outro Capitão-Tenente para o efeito, sendo que esse oficial declinou o convite pois já tinha servido com o Comandante Seixas Louçã na Guiné e sabia que não se iriam entender.

Não sabemos se o Comandante Seixas Louçã teve conhecimento directo deste facto. O certo é que, perante este impasse, convidou para seu oficial imediato o 1º Tenente Caldeira Santos, chefe de Serviço de Artilharia, que servia com ele no navio há quase um ano.

A DSP aceitou a indicação e nomeou para chefe de Serviço de Artilharia do navio o Tenente Dores Sousa, que embarcou em Outubro de 1973.

Há, portanto, alguns factos a reter:

- Caldeira Santos foi o terceiro imediato do Comandante Seixas Louçã num período de 12 meses; especializado em Artilharia, conhecia bem todos os sargentos e marinheiros do serviço de Artilharia, sabia perfeitamente como actuar se fosse preciso neutralizar o armamento e tinha conhecimento de que não existiam nem munições nem peças de salva a bordo, facto que o Comandante parecia desconhecer.

- Foi o Comandante Seixas Louçã quem tomou a iniciativa de o convidar para seu imediato. Conhecia-o bem, estavam embarcados no navio há cerca de um ano, depositava confiança nele, sabia que era um oficial disciplinado e exigente no serviço e estava consciente da proximidade de idades e anteriores relações de serviço com os outros oficiais do navio, alguns do seu tempo de Escola Naval.

Apesar das dificuldades eventualmente existentes na gestão de oficiais, a responsabilidade desta opção e da escolha de um oficial imediato com uma tão grande diferença de idade em relação ao comandante e excessiva proximidade entre aquele e os oficiais da guarnição não pode deixar de ser atribuída ao Comandante Seixas Louçã.

Na Fragata “Gago Coutinho” a disciplina, a eficiência e a operacionalidade eram boas e o navio estava bem integrado na Força NATO.

Em parte, o nível conseguido nestes indicadores de prontidão do navio seria mérito do comandante, do seu rigor e exigência. Porém a grande quota-parte era mérito do imediato, oficial muito disciplinado e exigente, e também dos oficiais, nas suas diversas áreas de competência.

Os oficiais não atribuem ao Comandante o elevado grau de operacionalidade do navio; consideram-no de feitio difícil, sujeito a oscilações emocionais, que se manifestavam por vezes durante as manobras do navio.

O dia 25 de Abril de 1974 não foi um dia normal. Ocorreu um movimento militar que derrubou o regime antidemocrático existente. Não podemos apreciar o que se passou na Fragata “Gago Coutinho” apenas em termos da normal relação hierárquica e da normal cadeia de comando.

Para o imediato e para os oficiais estavam em causa outros valores além da disciplina e da hierarquia; estava em causa um compromisso assumido com os camaradas do Exército de que podia depender o êxito do Movimento Militar e a libertação do País.

Sem deixar de garantir o cumprimento do compromisso assumido, mantiveram o respeito pelo Comandante e pelas suas funções. Souberam actuar com lucidez e moderação, assumindo todas as responsabilidades que aquele dia histórico lhes exigiu.

Foi certamente por verificar que o 1º Tenente Caldeira Santos era muito disciplinado, cumpridor e exigente no serviço que o Comandante Seixas Louçã o convidou para imediato. Aliás, na informação semestral do 1º Tenente Caldeira Santos escreveu: “...um excelente oficial, correcto, com maturidade e integridade muito acima da média, colaborador inexcusável, com espírito militar e merecedor de toda a confiança.”

Apesar disso, no dia 25 de Abril, o Comandante não quis ouvir o que o Imediato lhe queria comunicar.

O Comandante Louçã considerou que a sua actuação, no dia 25 de Abril, foi "... a mais adequada e a que lhe permitiu reter sempre o comando do N.R.P. "Almirante Gago Coutinho" (sublinhado nosso), *mercê da coragem revelada face aos riscos que correu, e da flexibilidade posta na escolha de soluções para as mais imprevistas situações*".<sup>5</sup>

Ora, esta afirmação não é exacta se atentarmos no relatório do oficial averiguante, Contra-Almirante Santos Silva, no auto que, conforme seu pedido,<sup>6</sup> foi levantado à sua actuação no dia 25 de Abril de 1974, onde se afirma: "*Assim, o Comandante que se encontrava alheio aos acontecimentos da Revolução, para além dos imperativos de ordem militar que condicionaram a sua actuação viu-se perante uma atitude dos oficiais que pela opção tomada - política, humanitária?- passou a limitar-lhes os movimentos*".<sup>7</sup>

A ordem do "...Comandante ao chefe de Serviço de Artilharia para serem dados uns tiros para o ar, com munições de exercício."<sup>8</sup> foi desobedecida, quando o oficial imediato "*informou o Comandante de que os oficiais e ele próprio se recusavam a fazer fogo*".<sup>9</sup>

Esta atitude do oficial Imediato foi corroborada não só pelo chefe de Serviço de Artilharia, como também pelos restantes oficiais.<sup>10</sup>

De facto, não se verificou a execução da ordem, quer porque o Imediato teria informado, primeiro, o Comandante dessa recusa, quer porque o chefe de Serviço de Artilharia teria "*inventado*", depois, "*problemas na artilharia*",<sup>11</sup> facto que, sem que o Comandante Louçã tivesse, sequer, procurado averiguar quais eram especificamente e que peças afectavam, o levou a informar o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada da existência de problemas na artilharia que impediriam o cumprimento das ordens recebidas, embora sem justificar a natureza dos mesmos<sup>12</sup>.

Na verdade, a execução da ordem de fogo, em sentido estrito, só se verificaria quando e se o chefe do Serviço de Artilharia mandasse dar fogo à peça, proferindo a expressão consagrada "*Fogo*"!

---

<sup>5</sup> - Exposição de 27/05/1974, dirigida ao Chefe do Estado-Maior da Armada.

<sup>6</sup> - Requerimento de 10/02/1976, dirigido ao Chefe do Estado-Maior da Armada.

<sup>7</sup> - A fls. 234 do relatório do referido auto.

<sup>8</sup> - A fls. 239 do relatório do referido auto.

<sup>9</sup> - A fls. 38 verso do referido auto.

<sup>10</sup> - A fls. 242 verso e 243 do relatório do referido auto.

<sup>11</sup> - A fls. 242 verso do relatório do referido auto.

<sup>12</sup> - A fls. 243 do relatório do referido auto.

A ordem de dar dois tiros para o ar só não foi executada mercê do estratagema do chefe do Serviço de Artilharia de que o Comandante, habilmente, se aproveitou, encontrando no "argumento" da «existência de problemas de artilharia» a possibilidade de adiar a execução da ordem recebida do Estado-Maior da Armada.

A recusa dos oficiais ao cumprimento da ordem de fogo dada garantiu a segurança da guarnição e a integridade do navio

Os oficiais do navio souberam, assim, honrar o compromisso do Movimento da Marinha com o Movimento Militar do Exército, contribuindo para a libertação de Portugal e a instauração do regime democrático.

A actuação do oficial Imediato e dos oficiais do navio esteve em conformidade com as instruções recebidas e foi a que melhor protegeu a guarnição, salvaguardando os interesses da Marinha e do País.

Não nos pronunciamos acerca da coragem revelada pelo comandante face aos riscos que correu, pois desconhecemos quais tenha corrido que não fossem comuns a todos os elementos envolvidos.

Apreciemos, agora, algumas das decisões que o Comandante enumera na sua exposição:

a) **“Decisão de colocar as peças em elevação máxima...”**<sup>13</sup>

Esta decisão, aliada ao facto de o navio navegar frente ao Terreiro do Paço a elevada velocidade “...*foi motivo de forte preocupação no posto de comando e sinal de que qualquer coisa não estava a correr bem a bordo (quando e onde, é sinal de paz pôr as peças em máxima elevação?). Nas forças do Exército o navio foi mesmo considerado hostil e preparavam-se por isso para lhe fazer fogo*”.<sup>14</sup>

Não sendo especializado em Artilharia, o Comandante Louçã desconhecia certamente que as peças na sua elevação máxima (85°) mantêm a capacidade de fazer fogo, só estando impossibilitadas de o fazer (por segurança do próprio navio) quando na horizontal, isto é, na elevação zero.

Por tal motivo e “*dado que continuava a evoluir em velocidade no local, e com as peças em máxima elevação, foi-lhe transmitida ordem de baixar as peças (era um sinal visível para as tropas do Terreiro do Paço que ainda não estavam muito seguras da intenção do navio) e seguir para o mar*”.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> - Crf. II da exposição de 27 de Maio de 1974 do Comandante Louçã

<sup>14</sup> - Contra- Almirante Vitor Crespo – in “ A Fragata «Almirante Gago Coutinho» no dia 25 de Abril de 1974 - O Comandante e a Guarnição - Anais do Clube Militar Naval, Vol. CXXIV, págs. 912 a 914.

<sup>15</sup> - Idem.

As ordens dadas pelo EMA, Vice-CEMA e CEMA não foram amistosas; pelo contrário, colocaram o navio no campo oposto ao Movimento Militar, pretendendo marcar uma posição da Marinha de oposição ou, no mínimo, de dissuasão do Movimento Militar.

O navio não estava nem tinha sido ameaçado pelas forças de terra; a guarnição e o navio estavam em segurança.

As manobras evasivas criaram um sentimento de alerta no Posto de Comando e nas forças do Movimento Militar, colocando em risco a segurança do navio, que passou a ser seguido pelas peças de Vendas Novas, posicionadas em bateria no Cristo Rei, e por um carro de combate na Ribeira das Naus. Estas forças haviam recebido ordens do Posto de Comando para se defenderem e protegerem.

As manobras do Comandante terão sido naturalmente induzidas pelas ordens que recebe do EMA, mas não foram adequadas à situação. Puseram o navio do lado do regime vigente.

O facto de o Comandante não ter, sequer, considerado as ordens que o navio recebeu do Posto de Comando do Movimento Militar não facilitou a nossa tarefa. Essas ordens do Posto de Comando visavam, por um lado, tranquilizar as forças do Movimento e, por outro, retirar o navio da zona de risco em que se encontrava.

Para nós, Movimento da Marinha, esta era mesmo a parte mais importante, uma vez que a “tranquilidade dos revoltosos” no Posto de Comando já fora obtida com a comunicação do oficial Imediato de que a situação estava controlada a bordo e o navio não abria fogo.

**b) “Decisão - de que os oficiais tiveram conhecimento - de não fazer fogo para o Terreiro do Paco, caso essa ordem fosse dada, no seguimento de instruções superiores.”<sup>16</sup>**

Em reunião havida, apenas, com o Imediato e os Tenentes Almeida Moura e Varela Castelo, equacionou o Comandante “as três alternativas que encarava para a sua actuação no caso de ataque ao navio vindo de terra”<sup>17</sup>. Eram elas: “a fuga, passividade e reacção e afirma que nessa eventualidade, optaria pela reacção”.<sup>18</sup>

Deste modo, a informação que aqueles (e só aqueles) oficiais receberam era a de que o Comandante optaria pela reacção, caso fosse atacado.

---

<sup>16</sup> - Cfr. II da exposição de 27 de Maio de 1974 do Comandante Louçã.

<sup>17</sup> - Relatório do citado auto, a fls. 253 verso.

<sup>18</sup> - Relatório do citado auto, a fls. 256 e verso.

De notar que o Comandante havia dado ordem “*para municiar as peças com granadas de alto explosivo*”.<sup>19</sup>

Nessa reunião, “*conforme o próprio Comandante afirmou, o Imediato por duas vezes tentou falar-lhe e que não foi atendido*”<sup>20</sup>, ninguém mais se pronunciou, uma vez que, face a esta atitude, os oficiais presentes entenderam que o Comandante não estava a auscultar a sua posição, mas apenas a comunicar-lhes as suas decisões perante os cenários que se apresentavam.

c) “**Decisão de não resolver, com a fuga do navio, a situação difícil em que se encontrava.**”<sup>21</sup>

O Comandante Seixas Louçã teria sido avisado para bordo por uma mensagem dum oficial do Estado-Maior seu amigo que lhe disse “*Você tenha cuidado com os tanques no Terreiro do Paço porque eles estão a preparar-se para fazer fogo contra si*”.<sup>22</sup>

Em consonância com este aviso, o Comandante aumentou a velocidade do navio “*por considerar salvaguarda suficiente para essa segurança a movimentação do navio a alta velocidade como se passou a verificar a partir de certa altura da manhã*”.<sup>23</sup>

Mesmo depois de avisado pela comunicação do Movimento de que poderia ser alvo das peças de artilharia do Exército postadas no Cristo-Rei, o Comandante não só não obedeceu à ordem do Movimento, como não tomou a iniciativa de “*tocar a postos de combate*”, única situação de máxima segurança para um navio ameaçado por fogo inimigo. O navio nem sequer navegava em “*postos de faina*”, situação de menor segurança do que a anterior mas superior à da navegação “*a quartos*” em que se encontrava.

Desrespeitando a ordem de abandonar o local, saindo a barra com as peças em baixo ou, em alternativa, fundear dando indicação visível das suas intenções pacíficas, decidiu o Comandante Seixas Louçã continuar numa situação de aparente hostilidade (que as peças a 85° aparentemente não desmentiam) sem tomar as medidas mais adequadas para conseguir a segurança do navio e da sua guarnição.

Valeu à segurança da fragata e dos seus elementos a garantia dada pelo Imediato ao Posto de Comando do Movimento de que a fragata não faria fogo por os seus oficiais

---

<sup>19</sup> - Relatório do citado auto, a fls. 256 verso.

<sup>20</sup> - Relatório do auto referido, a fls. 254 verso.

<sup>21</sup> - Crf. II da exposição de 27 de Maio de 1974 do Comandante Louçã

<sup>22</sup> - Entrevista do Comandante Seixas Louçã ao programa “Memórias de Abril” já citado.

<sup>23</sup> - Relatório já citado, a fls. 239.

já o terem recusado, o que evitou que fosse bombardeada pelas peças posicionadas no Cristo-Rei.

d) **“Recusa em cumprir a ordem de baixar as peças e sair a barra, ordem essa dada em nome do Comando do Movimento, cuja origem, constituição e objectivos desconhecia totalmente”.**<sup>24</sup>

De facto, a ordem que foi dada pelo Posto de Comando do “Movimento” à fragata “Gago Coutinho” foi, em alternativa:

- 1) Sair a barra com as peças em baixo, isto é, na horizontal;
- 2) Fundear.

Admite-se que o Comandante só tenha escutado a primeira parte da ordem por ter, entretanto, interrompido desabridamente o Imediato, mandando-o calar à frente de todos os presentes na ponte de comando - oficiais, sargentos e praças - e injuriando-o, de cabeça perdida e totalmente fora de si.

O Tenente Palhinha, que se encontrava de quarto na ponte, diz que “*o imediato tenta transmitir a mensagem ao Comandante e fá-lo parcialmente mas é mandado calar pelo Comandante, que evidencia nervosismo*”.<sup>25</sup>

“*Não se poderá, portanto, excluir a hipótese de, no caso de ter havido da parte do imediato a intenção de dar a conhecer ao Comandante a informação que dera ao “Movimento”, ter sido impedido de o fazer pelo próprio Comandante, que não lhe teria permitido completar a sua transmissão*”.<sup>26</sup>

Se o Comandante não foi esclarecido quanto à transmissão da ordem do “Movimento”, somente a si o deve, uma vez que não teve a serenidade e lucidez para escutar o Imediato e pedir-lhe todas as informações que julgaria necessárias para uma decisão fundamentada.

Interrompendo-o a meio do discurso, como interrompeu, e injuriando-o como injuriou, o Comandante Louçã fez jus ao superior hierárquico que, na sua informação, lhe apontou um “*trato difícil e manifestações temperamentais de fundo agressivo, que o tornavam pouco agradável nas relações de serviço*”.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> - Crf. II da exposição de 27 de Maio de 1974 do Comandante Louçã

<sup>25</sup> - A fls. 102 verso do auto de averiguações citado.

<sup>26</sup> - A fls. 244 verso do relatório do auto já citado.

<sup>27</sup> - Auto referido, a fls. 259.



Nem se diga, como quer o historiador António Louçã, que o operador da mensagem transmitida à fragata, Tenente Lourenço Gonçalves, quis ocultar a sua identidade fazendo uma chamada anónima em que a não revelou.<sup>28</sup>

É que, não conhecendo possivelmente de comunicações mais do que o comum dos utilizadores sabe acerca de chamadas telefónicas civis, o dito historiador, na defesa exacerbada que faz, compreensivelmente, do comportamento de seu pai, ignora que nas transmissões radiotelefónicas militares o operador não se identifica, sendo tão-somente identificadas as entidades transmissora e receptora, respectivamente o Posto de Comando do Movimento e a fragata.

Esta ignorância, natural num civil, não aproveita, porém, à defesa da tese do Comandante, conhecedor dos procedimentos radiotelefónicos militares.

Tendo interrompido inopinadamente a comunicação do Imediato, nunca ocorreu o diálogo entre comandante e Imediato sobre a identificação do operador da mensagem recebida do Movimento e relatado na peça do historiador António Louçã, pelo que ele é totalmente apócrifo.<sup>29</sup>

e) **“Início da destituição do imediato por aparentar estar incapacitado para poder continuar a desempenhar cabalmente as suas funções”**<sup>30</sup>

*“Em face da decisão do Comandante em destituir o Imediato e tendo sido chamados, sucessivamente, para o substituir os Tenentes Varela Castelo e Palhinha, estes oficiais recusaram-se a assumir o cargo”.*<sup>31</sup>

*“O Tenente Palhinha entra em diálogo com o Comandante no sentido de lhe demonstrar que não lhe parecia aconselhável a destituição”.*<sup>32</sup>

*“Em face da intervenção do Tenente Palhinha o Comandante teria desistido da destituição do Imediato embora não o tivesse feito de forma explícita”.*<sup>33</sup>

Dizer que o Comandante iniciou a destituição do Imediato é um puro eufemismo. O Imediato foi, de facto, destituído e, em face disso, foram logo nomeados para assumir essas funções os dois oficiais da classe de Marinha que se lhe seguiam em antiguidade, conforme determina a Ordenança do Serviço Naval, só não se tendo efectuado a substituição porque estes se recusaram. Não prosseguiu, depois, o

---

<sup>28</sup> - “O veredicto da Marinha sobre a fragata «Gago Coutinho»” relido em 2014 por António Louçã.

<sup>29</sup> - Idem.

<sup>30</sup> - Cfr. II da exposição já citada

<sup>31</sup> - Relatório citado, a fls. 245.

<sup>32</sup> - Idem.

<sup>33</sup> - Idem.

Comandante nos seus intentos porque, face às palavras avisadas do Tenente Palhinha, receou ter insucessos com as nomeações dos restantes oficiais.

Face à impossibilidade de nomear outro Imediato, o Comandante aceitou, implicitamente, a continuação em funções do Imediato titular que, legalmente, teria de continuar a assegurar estas funções, uma vez que não tinha um substituto a quem as entregar.

f) **“Reunião com todos os oficiais, após a desocupação do Terreiro do Paço pelas forças revolucionárias, com o objectivo de analisar a actuação passada e de preparar o navio para os acontecimentos que porventura viessem ainda a surgir”**

Pelas 13h.20m o Comandante reuniu-se com os oficiais na câmara de oficiais. Em cima da mesa colocou, ostensivamente, uma pasta de arquivo verde, onde se podia ver escrito em grandes letras a palavra "REVOLUÇÃO".

*“O imediato juntamente com quatro oficiais - Varela Castelo, Ferreira Duarte, Silva Neves, e Teixeira de Melo, - apresentam a versão de que a reunião teria por objectivo o desejo de o Comandante saber de cada um dos oficiais, ouvidos individualmente, se confirmavam a recusa de fazer fogo que lhe teria sido transmitida, em nome de todos os oficiais, pelo oficial imediato. Em face da resposta unânime e afirmativa de todos os oficiais, o Comandante teria considerado os mesmos como insubordinados”.*<sup>34</sup>

Por seu lado, o tenente Palhinha diz: *“O Comandante reunira todos oficiais para lhes comunicar que desconhecia a evolução da situação em terra mas que queria averiguar o que se tinha passado a bordo no que respeitava à recusa que considerava ter havido da parte de alguns oficiais, quanto ao cumprimento da ordem de fogo de exercício para o ar. Durante esta reunião o Comandante referiu a palavra insubordinação mas não se lembra da fase em que a empregou e a intenção”.*<sup>35</sup>

O Tenente Moura afirma que o Comandante teria reunido todos os oficiais *“para esclarecer totalmente os acontecimentos, procurando saber se todos os oficiais teriam tido deles conhecimento e confirmar a posição dos oficiais, individualmente, perante a recusa do cumprimento da ordem de fogo de salva. A cada um dos oficiais foi perguntado se a ordem de abrir fogo lhe tivesse sido dada, directamente, se cumpriam*

---

<sup>34</sup> - Relatório citado, a fls. 245 verso e 246.

<sup>35</sup> - Idem, a fls. 246.

ou não essa ordem. Perante a resposta unânime o Comandante considerou-os «insubordinados».<sup>36</sup>

O Tenente Teixeira refere: “O Comandante procurou saber de cada um dos oficiais se numa situação daquelas se recusavam a fazer fogo. Em face da resposta unânime afirmativa, o Comandante chamou a atenção dos oficiais para o facto de tal atitude corresponder a uma insubordinação”.<sup>37</sup>

O Tenente Gaspar declara: “O Comandante perguntou a todos os oficiais caso a ordem de fogo tivesse sido dada a cada um deles se a teriam cumprido. O Comandante perante a resposta unânime e negativa lembrou que se tratava de um caso de insubordinação”.<sup>38</sup>

Finalmente, o chefe do Serviço de Artilharia, tenente Dores Sousa, declara: “O Comandante inquiriu de cada oficial se se recusaria a abrir fogo, tendo a resposta sido afirmativa. Após essa resposta dos oficiais, o Comandante disse-lhes que os considerava insubordinados.<sup>39</sup> Quanto ao objecto de o Comandante fazer aquela reunião crê que teria sido o de confirmar a posição de cada um dos oficiais perante a recusa de fazer fogo, que lhes havia sido transmitida pelo imediato”.<sup>40</sup>

Se os motivos da reunião foram os indicados na exposição do Comandante Seixas Louçã, nenhum dos dez presentes tal ouviu ou entendeu.

Mas se, como o Comandante diz, nunca deu ordem de fazer fogo para o ar, não se compreende o objectivo desta inquirição!

Ao responder como responderam, todos os oficiais eram cientes de que estavam a admitir a prática dum crime de insubordinação colectiva que, no regime político anterior, os poderia levar provavelmente ao Tarrafal, conforme sucedera aos marinheiros da revolta de 1936.

Bem os advertiu o Comandante, no final da reunião, de que cada um deveria assumir as suas responsabilidades, pois ele assumiria as suas.

Significativamente, ao sair pela última vez do navio e enquanto lhe eram prestadas as honras militares a que tinha direito mau grado os acontecimentos que haviam ocorrido, o Comandante Seixas Louçã fez questão de recordar ao oficial Imediato e ao oficial de serviço — o Tenente Moura — que ainda se iriam arrepender da atitude tomada.

---

<sup>36</sup> - Idem, a fls. 246.

<sup>37</sup> - Idem.

<sup>38</sup> - Idem, a fls. 246 verso e 247.

<sup>39</sup> - Auto citado, a fls. 43 verso.

<sup>40</sup> - Auto citado, a fls. 117.

Para melhor entendimento dos acontecimentos ocorridos a bordo da Fragata Gago Coutinho junta-se sequência cronológica, elaborada pelo imediato e pelos oficiais do navio

#### 7 - Posição da Marinha

Sobre os dois autos de averiguações levantados, o primeiro em Maio de 1974, por iniciativa do Comando Naval do Continente, e o segundo, em Março de 1976, a requerimento do Comandante Seixas Louçã, não foi exarado qualquer despacho pelo Chefe do Estado-Maior da Armada.

O Comandante Seixas Louçã requereu, depois, a apreciação do seu comportamento ao Conselho Superior de Disciplina da Armada, que, esse sim, foi objecto de um despacho final, onde o CEMA afirma «*Não ter a sua actuação no dia 25 de Abril de 1974, no Comando do NRP “Almirante Gago Coutinho” posto em causa a sua honra e dignidade de oficial da Armada*».

Tão-pouco nós, oficiais do Movimento da Marinha, a pusemos alguma vez em causa.

Vítor Manuel Trigueiros Crespo

Contra -Almirante, na situação de reforma, ao tempo Capitão-Tenente da Classe de Marinha; (representante da Marinha no posto de Comando do Movimento Militar)

Manuel Beirão Martins Guerreiro

Contra-Almirante, na situação de reforma, ao tempo Primeiro Tenente da Classe de Engenheiros Construtores Navais; (Elemento da Comissão Militar do Movimento da Marinha)

Carlos de Almada Contreiras

Capitão de Mar-e-Guerra, na situação de reforma, ao tempo Capitão-Tenente da Classe de Marinha;(Chefe do Centro de Comunicações da Armada )

Jorge Manuel de Sousa Lourenço Gonçalves

Capitão de Mar-e-Guerra, na situação de reforma, ao tempo Primeiro-Tenente da Classe de Marinha;( oficial submarinista da Esquadilha de Submarinos)

Fernando Luís Caldeira Ferreira dos Santos

Capitão de Mar-e-Guerra, na situação de reforma, ao tempo Primeiro-Tenente da Classe de Marinha e Imediato do navio;

António Joaquim Almeida de Moura

Capitão de Mar-e-Guerra, na situação de reforma, ao tempo Primeiro-Tenente da Classe de Administração Naval (Chefe do Serviço de Abastecimentos)

Joaquim Filipe Figueiredo Alves Gaspar

Capitão de-Mar-e-Guerra, na situação de reforma, ao tempo Segundo-Tenente da classe de Marinha (Chefe do Serviço de Navegação)

Hélder Correia Loureiro

Capitão de Mar-e-Guerra, na situação de reforma, ao tempo Subtenente do Serviço Especial (Adjunto do Chefe de Serviço de Comunicações)

João António Ferreira Duarte

Capitão de Fragata , na situação de reforma, ao tempo Primeiro-Tenente EMQ (Chefe do Serviço de Máquinas)

Manuel Carlos dos Santos Teixeira de Melo

Capitão de Fragata ECN, na situação de reforma, ao tempo Guarda-marinha EMQ (Adjunto do Chefe de Serviço de Máquinas)

